



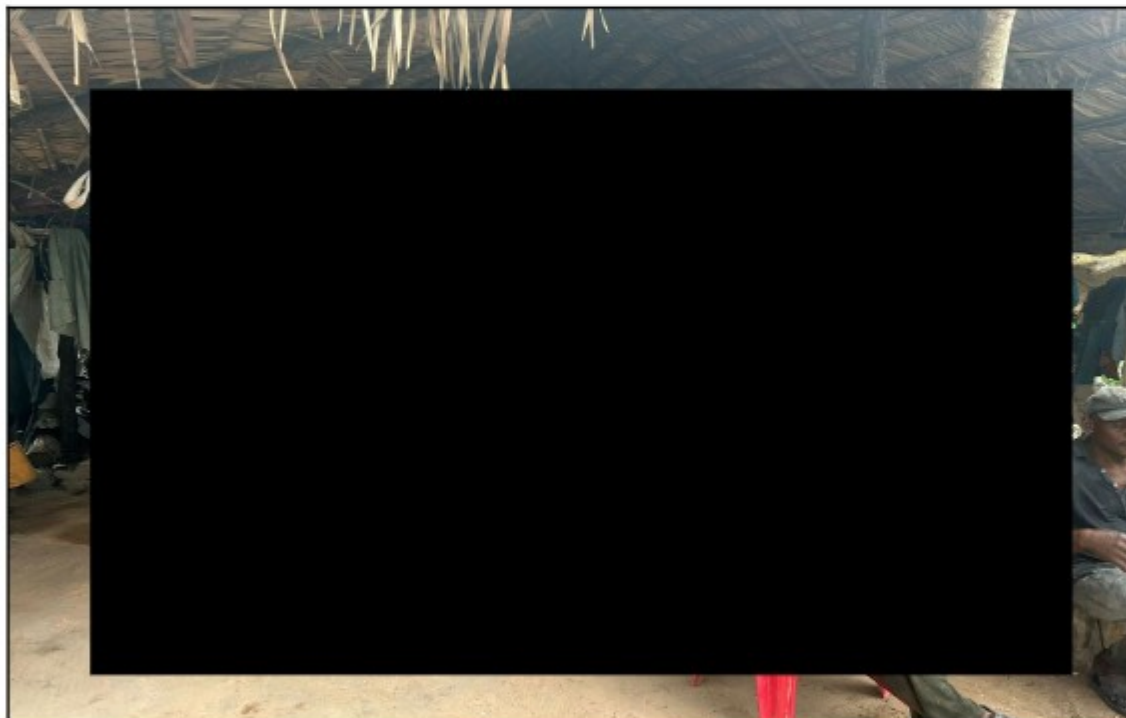
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



PERÍODO DA OPERAÇÃO

05 a 11 de Abril de 2024



LOCAL: Loreto – MA

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: -6.944029, - 45.147680

ATIVIDADE ECONÔMICA: Produção de carvão vegetal – florestas nativas



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

Índice

1. EQUIPE.....	3
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR).....	3
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO.....	4
4. LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL E ATIVIDADE ECONÔMICA DO EMPREGADOR.....	5
5. DA AÇÃO FISCAL.....	5
5.1. Dãs Informações preliminares.....	5
6. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS.....	6
6.1 - Dã informalidade ã contratação de trabalhadores.....	6
6.2 - Irregularidades no pagamento de salários.....	7
6.3 - Irregularidades relativas ao alojamento.....	7
6.4 - Dãs irregularidades relativas às instalações sanitárias.....	9
6.5 - Condições de fornecimento de água.....	10
6.6 - Irregularidades relativas ao armazenamento de alimentos e preparo de dãs refeições.....	13
6.7 - Irregularidades relativas ao armazenamento de alimentos e preparo de dãs refeições.....	17
6.8 - Outras irregularidades de segurança e saúde no trabalho (SST).....	18
7. DA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS A DE ESCRAVO – Auto de infração n. 22.683.340-2.....	19
8. DO PAGAMENTO DO SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS.....	22
9. FGTS.....	25
10. SEGURO-DESEMPREGO.....	25
11. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS.....	25
12. CONCLUSÃO.....	26
13. ANEXOS.....	28



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ**

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



POLÍCIA FEDERAL



POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)

NOME

CPF



CNAE: 0220-9/02 - PRODUÇÃO DE CARVAO VEGETAL - FLORESTAS NATÍVAS

Estabelecimento: CARVOARIA

Endereço do estabelecimento: POVOADO BURITIRANA, ZONA RURAL DE LORETO/MA

Coordenadas geográficas: - 6.944029, - 45.147680



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

Endereço para Correspondência

Telefones:

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	07
Empregados no estabelecimento	07
Mulheres no estabelecimento	0
Total de trabalhadores registrados sob ação fiscal	07
Mulheres registradas	0
Total de trabalhadores identificados em condições análogas à de escravo	07
Total de trabalhadores afastados	07
Número de mulheres afastadas	0
Número de estrangeiros afastados	0
Valor líquido recebido na rescisão	R\$ 44.301,36
Número de autos de infração lavrados	10
Termos de apreensão e guarda	0
Número de menores (menor de 16)	0
Número de menores (menor de 18)	0
Número de menores afastados	0
Termos de interdição	0
Guiões seguro desemprego emitidas	07
Número de CTPS emitidas	0



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

--	--

4. LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL E ATIVIDADE ECONÔMICA DO EMPREGADOR

Tratã-se de um estabelecimento destinado à produção de carvão vegetal à partir de material lenhoso oriundo de florestas nativas, composto por 30 (trinta) fornos comuns, constituídos por duas portas, uma de entrada da lenha outra para retirada do carvão, e alguns orifícios (chamados "tátus"), que servem para controlar o processo de queima da madeira. A atividade econômica desenvolvida no local era de responsabilidade de [REDACTED] e [REDACTED] os quais partilhavam as despesas para produção do carvão e dividiam o lucro.

Ao local chegã-se pelo seguinte percurso: saindo da cidade de Balsas - MA, seguir por 130 Km na rodovia BR 230, passando pela sede do município de São [REDACTED] MA, até o Povoado Buritirã (entroncamento), onde se deve acessar a rodovia MA 374, que dá acesso à sede do município de Loreto - MA, devendo-se seguir por 10,2Km até o ponto -6.941227, -45.163467, onde se deve pegar uma estrada vicinal à esquerda e percorrer 1,9Km até às baterias de fornos (ponto -6.944029, - 45.147680).

5. DA AÇÃO FISCAL

5.1. Das Informações preliminares

Na data de dia 05 de abril de 2024 teve início a ação fiscal realizada por Equipe Interinstitucional composta por 01 auditor-fiscal do trabalho e um servidor administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 01 procurador do trabalho e 1 agente de segurança institucional do Ministério Público do Trabalho (MPT), 02 policiais federais e 03 policiais rodoviários federais, com o objetivo de apurar veracidade de denúncia de submissão de trabalhadores à condição de trabalho análogo ao escravo numa carvoaria no povoado Buritirã, em Loreto/MA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

Apois diligências de inspeção, constatamos a presença de diversas irregularidades trabalhistas, especialmente quanto às condições das áreas de vida, conforme exposto a seguir, o que deu origem à lavratura de diversos autos de infração e motivou o resgate de 7 (sete) trabalhadores encontrados no local.

6. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

6.1 - Da informalidade na contratação de trabalhadores

Durante a inspeção fiscalizadora, encontramos 08 (oito) pessoas num barraco que servia de área de vida. Dessas 08 (oito) pessoas, 07 trabalhavam no local, desenvolvendo serviços típicos de uma carvoaria, tais como corte e empilhamento de lenha, enchimento e esvaziamento dos fornos e carbonização da madeira.

Eles cumpriam jornada diária, sob direção e ordens dos **sin** de quem recebiam contraprestação pecuniária, de acordo com o que produziam (exceto o cozinheiro **ue** receberia salário fixo).

Nitidamente, estavam presentes todos os requisitos configuradores da relação de emprego previstos nos artigos 2º e 3º da Lei 5.889/1973. Apesar disso, os 07 (sete) trabalhadores laboravam na mais absoluta informalidade, sem registro dos contratos de trabalho em livro, ficha ou sistema eletroônico competente.

Com efeito, os trabalhadores laboravam pessoalmente, executando serviços típicos de carvoaria (cortando e empilhando lenha, enchendo fornos e retirando o carvão, controlando o processo de queima da lenha), cumprindo ordens diretas do **acerca** do que fazer diariamente e de como fazer, sendo remunerados conforme a produção.

Do mesmo modo, como só ocorrer nesses casos de ausência de registro do contrato de trabalho em livro/fichas de registro, os contratos de trabalho não foram anotados nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

dos trabalhadores, o que, atualmente, exige a comunicação da admissão e outros dados do contrato ao Governo Federal, via sistema Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais – e-Social (art. 29 da CLT c/c art. 6º da Instrução Normativa MTP nº 671, de 08/11/2021).

6.2 - Irregularidades no pagamento de salários

O empregador efetuava o pagamento dos salários em espécie, sem a formalização de recibo, o que motivou a lavratura do auto de infração nº 22735289-1.

6.3 - Irregularidades relativas ao alojamento

Os 7(sete) trabalhadores pernoitavam em redes simples, num barraco coberto com palha de babaçu e lona plástica, piso de chão batido, sem fechamento lateral. O barraco era constituído por varão unco, onde os trabalhadores armavam suas redes.

O barraco servia também para preparo das refeições, o que era feito num fogareiro de barro construído no seu interior; e para guarda de ferramentas e equipamentos de trabalho.

Não havia armários para guarda de roupas e pertences pessoais dos trabalhadores, pelo que ficavam em bolsãs, mochilãs em varais improvisados no interior do barraco.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Imagens do barraco usado para alojamento dos trabalhadores, guarda de ferramentas/equipamentos de trabalho e preparo de refeições.

Tratava-se, como se pode ver pelas imagens, de um ambiente sujo, desorganizado, insalubre, que não oferecia adequadas condições de limpeza, conforto, privacidade e segurança para abrigar trabalhadores. Ainda evidenciava, dessa forma de alojar trabalhadores e incompatível com a dignidade da pessoa humana.

6.4 - Das irregularidades relativas às instalações sanitárias

Os trabalhadores realizavam suas necessidades fisiológicas e de evacuação no chão, sem nenhuma condição de higiene, conforto, privacidade e segurança, porquanto não havia banheiro com equipamentos sanitários no local.

Os próprios trabalhadores improvisaram um local com retalhos de sacos tipo “bãg” e peças de madeira fincadas no chão, onde tomavam banho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Imagens do local improvisado para tomada de banho.

Também não há condições de que não garantir condições mínimas de conforto, privacidade, segurança ofende a dignidade dos trabalhadores.

6.5 - Condições de fornecimento de água

A disponibilização de água no local dá-se em condições bastante precárias, senão vejamos: a água é recolhida em um poço artesiano de uma comunidade próxima (Pedrinhas) e transportada para a canteira em caixas



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

plásticas de cor branca, que apresentavam muita sujeira na parte exterior; não
carvoeira eram armazenadas em uma caixa d'água plástica e em um tambor de
plástico, os quais estavam sem tampa quando da inspeção, sendo possível ver
insetos mortos e acúmulo de material amarelado ao fundo.

Essa água era utilizada para todos os fins na carvoeira, desde o
preparo de alimentos, higienização de utensílios domésticos até o consumo direto
(dessedentação). A água é recolhida diretamente do rio e não passa por nenhum processo
para retirada de impurezas, poluentes e contaminantes.





O O NO MARANHÃO TRIZ



Imagens dos recipientes usados para transporte de água (câixas "brancas") e armazenamento (câixa e tambor plásticos azuis).

O empregador não disponibilizava copos descartáveis ou individuais para consumo de água em condições adequadas. Por isso, alguns trabalhadores utilizavam embalagens vazias de produtos usados no preparo/consumo de alimentos (tempero, margarina) como copos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Destacamos que o empregador não dispunha de análise laboratorial da água, atestando sua potabilidade. Contudo, independente disso, os fatos constatados na inspeção denotam que as condições de fornecimento de água estavam absolutamente inadequadas e anti-higienicas.

6.6 – Irregularidades relativas ao armazenamento de alimentos e preparo de das refeições.

Não havia armários para guarda dos alimentos. Os poucos alimentos encontrados no local, basicamente alguns fardos de arroz, estavam sobre um banco de madeira, e algumas cebolas, que estavam dentro de uma bacia de alumínio sem tampa (sobre recipiente com carvão). Essa forma de guarda e armazenamento dos alimentos, expostos ao ar livre, acessível a insetos e animais, favorece a contaminação por microrganismos, como bactérias e fungos, o que, por sua vez, pode provocar infecções gastrointestinais nos trabalhadores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Alimentos guardados em condições inadequadas.

Havia uma bancada com duas tábuas de madeira para manuseio e preparo dos alimentos e onde eram colocadas as panelas com as refeições, talheres, garrafas com café e alguns copos; um giratório improvisado com peças de madeira que



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

serviã pãã guãrdã de vãsilhãs, alimentos, óleo vegetal, sãl e condimentos utilizãdos no prepãro dãs refeições.; e, do lãdo do bãrrãco, umã estruturã constituí@dã por duãs tãbã dispostãs sobre quãtro forquilhãs fincãdãs no chão, que erã utilizãdã pãã ã higienizãção dos utensí@lios domstícos.

O cozimento dos alimentos erã feito em um fogãreiro de bãrro no interior do alojãmento, utilizando-se vãsilhãs e pãnelãs bãstãnte sujãs, com crostãs de resí@duos.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Fogão

de refeições

conserv
vãsilhã
precã@

seio, higiene e
como dãs
s eram bãstãnte
ão permitiã

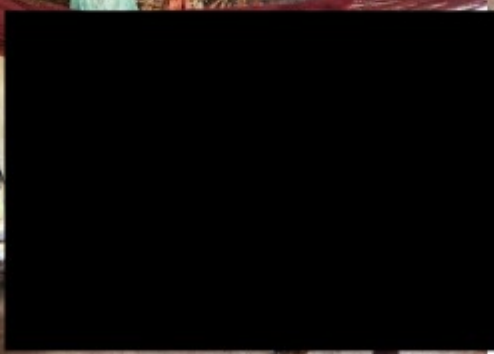
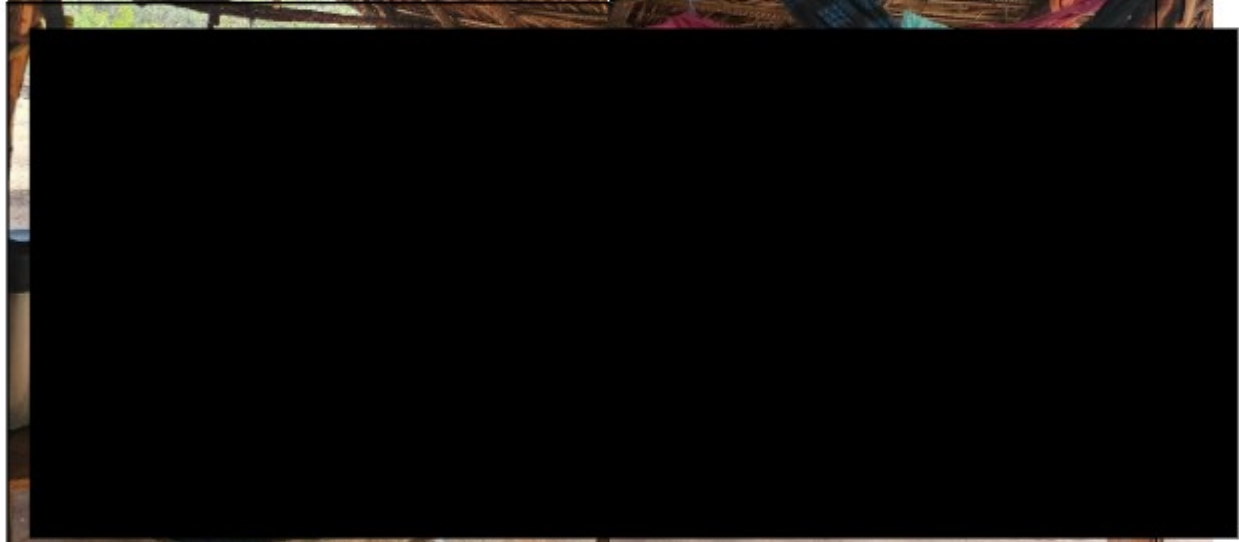
sequer umã higienizãção ãdequãdã, por contã dã superfãcie não ser lisã e lãvãdo



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

**6.7 - Irregularidades relativas ao armazenamento de alimentos e preparo de
das refeições**

Os trabalhadores tomavam suas refeições sentados em cadeiras ou
banco improvisados com madeira, segurando o prato com uma das mãos e
manuseando a colher com a outra. Não havia mesa com cadeiras suficientes, onde
p Não havia uma pia com lavatório e
s não existia recipiente para lixo, que
era jogado nos arredores do barraco.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

6.8 – Outras irregularidades de segurança e saúde no trabalho (SST)

No curso da fiscalização, foi constatado que o empregador não havia elaborado Programa de Riscos Ocupacionais no Trabalho Rural – PGRTR (AÍ n. 22735261-1). A elaboração e implementação do gerenciamento de riscos ocupacionais é a medida inicial quando se pensa na prevenção de doenças e acidentes do trabalho. A ausência do PGRTR deixa evidente a falta de zelo do empregador com a questão da saúde e segurança dos seus trabalhadores, o que fica ainda mais evidente quando se verifica que o não submeteu os trabalhadores resgatados a exames médicos admissionais (AÍ n. 22735264-5).

Também não equipou o local de trabalho com materiais necessários à prestação de primeiros socorros, (AÍ n. 22745271-2), não fornecia equipamentos de proteção individual (AÍ n. 22745272-1), não submeteu o operador de motosserra a treinamento para utilização segura da máquina (AÍ n. 22745270-4).

Observamos, ainda, presença de muito lixo doméstico nas proximidades do barraco, demonstrando que não era dada uma destinação adequada desse material, o que atraiu a presença de insetos, sobretudo moscas.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ



Lixo doméstico acumulado nas proximidades do barraco.

Enfim, o que se constatou foi a inexistência total de medidas voltadas à proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, em evidente descumprimento da Norma Regulamentadora nº 31 e, por consequência, do art. 7º, XXII, da CRFB.

7. DA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO - Auto de infração n. 22.683.340-2

Não se trata de administrativa, o conceito de trabalho em condições análogas à de escravo está estabelecido pelo artigo 23 da Instrução Normativa MTP nº 02, de 08/11/2021, que estabelece que "Considera-se em condição análoga à de escravo o trabalhador submetido, de forma isolada ou conjuntamente, a:

I - Trabalho forçado;

II - Jornada exaustiva;

III - Condição degradante de trabalho;

IV - Restrição, por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto, no momento da contratação ou no curso do contrato de trabalho;

V - Retenção no local de trabalho em razão.

Não se trata de penal, o artigo 149 do Código Penal dispõe que configura crime a conduta de "reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

submetendo-o à trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o à condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

O STF (Ínq 3412 Al) e o STJ (AgRg no AREsp 1467766/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 10/09/2019) tem entendimento que as condutas do art. 149 são alternativas e que não é necessária a restrição de locomoção do trabalhador para a sua configuração. Tanto na esfera penal quanto na esfera administrativa, as condutas que consubstanciam exploração de trabalho contemporâneo são alternativas, ou seja, presentes qualquer delas já estarão configurada prática odiosa.

No caso em tela, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores estavam absolutamente precárias, não representando o simples descumprimento de normas trabalhistas, mas, sim, uma afronta a preceitos fundamentais da própria Constituição Federal, especialmente, os valores sociais do trabalho e a própria dignidade humana (art. 1º, IV e III, respectivamente), direitos fundamentais insculpidos no artigo 5º, em especial no inciso III: "*ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante*".

Com efeito, não se pode dizer que, no caso da fazenda da carvoaria fiscalizada havia simples irregularidades trabalhistas. O conjunto de situações a que estavam expostos – trabalhadores dormindo em barraco, com piso de chão batido, sem paredes nas laterais, cobertura precária, preparo de refeições em condições anti-higienicas no interior do local usado para pernoite, falta de local adequado para tomada de refeições, ausência de instalações sanitárias; condições precárias de fornecimento de água; ausência de local adequado para tomada de banho – representam, na verdade, a sonegação de direitos básicos e fundamentais dos trabalhadores, como resguardo à privacidade, intimidade, saúde, segurança, conforto.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

Representa, ao fim e ao cabo, menosprezo à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho, que constituem fundamentos da República (CF, art. 1º, incisos I e IV). Anoto, ainda, que a ordem econômica deve ser fundada na valorização do trabalho (art. 170) e a ordem social tem por base o primado do trabalho (art. 193).

A submissão de trabalhadora à **condição degradante** consiste – nos termos da Instrução Normativa MTP nº 2/2021, artigo 24, inciso III – em **"qualquer forma de negação da dignidade humana** pela violação de direito fundamental do trabalhadora, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho". De outro modo, trabalho degradante é aquele às condições de trabalho e vida à que estão expostos denunciavam que os trabalhadoras não eram tratados com dignidade, com respeito à sua condição de pessoa humana, sendo lhes negados direitos básicos à moradia confortável, alimentação adequada, privacidade, segurança etc.

Diante do relatório, resulta que se encontravam presentes os seguintes indicadores da submissão de trabalhadoras à condição análoga à de escravos, apontados no Anexo II da Instrução Normativa MTP nº 2/2021, quanto à sujeição de trabalhadoras às condições degradantes:

- 2.1 não disponibilização de água potável, ou disponibilização em condições não higiênicas ou em quantidade insuficiente para consumo do trabalhadora no local de trabalho ou de alojamento;
- 2.5 inexistência de instalações sanitárias ou instalações sanitárias que não assegurem utilização em condições higiênicas ou com preservação da privacidade;
- 2.6 inexistência de alojamento ou moradia, quando o seu fornecimento for obrigatório, ou alojamento ou moradia sem



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

condições básicas de segurança, vedação, higiene, privacidade ou conforto.

- 2.7 subdimensionamento de alojamento ou moradia que inviabilize sua utilização em condições de segurança, vedação, higiene, privacidade ou conforto;
- 2.14 ausência de local para preparo de refeições, quando obrigatório, ou local para preparo de refeições sem condições de higiene e conforto;
- 2.15 ausência de local para tomada de refeições, quando obrigatório, ou local para tomada de refeições sem condições de higiene e conforto;

Cabe destacar que os empregadores [REDACTED]

[REDACTED] tinham pleno conhecimento das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, uma vez que eram eles que dirigiam os serviços no estabelecimento, estando todos os dias no local. [REDACTED] inclusive, pernoitava no local.

Portanto, diante das precárias condições de trabalho e vida que estavam expostos, concluiu a Auditoria-Fiscal do Trabalho pela submissão dos trabalhadores 1) [REDACTED]

8. DO PAGAMENTO DO SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS

Nesse ponto, cabe destacar que a situação dos empregadores [REDACTED] num primeiro momento, pareceu-nos que seria a de meros encarregados da carvoaria, porquanto eles trabalhavam junto com os trabalhadores, sendo que o [REDACTED] inclusive pernoitava no local, nas mesmas condições dos obreiros.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

Diante dessa primeira impressão, procuramos obter do [REDACTED] que tinha certa ascendência sobre o [REDACTED] e que cuidava da parte da venda do carvão, sobre eventuais financiadores, compradores exclusivos, enfim, tentamos descobrir se havia alguém por trás do empreendimento.

O [REDACTED] ao ser indagado para quem vendia o carvão, declarou *"QUE vende o carvão no saco pra diversos compradores, que comparecem à carvoaria, ou saem vendendo no saco"*, informação que divergiu das declarações prestadas por todos os trabalhadores e pelo [REDACTED] que informaram, nas entrevistas reservadas, que caminhões gaúchos carregavam o [REDACTED]

(não conseguimos identificar quem seria).

Ao ser indagado sobre quem seria o [REDACTED] recusou-se a fornecer detalhes da relação comercial que com ele mantinha, demonstrou nervosismo e se recusou, inclusive, a fornecer seu contato de telefone.

Ainda no mesmo dia da inspeção (06/04/2024), descobrimos o telefone do [REDACTED] com ele mantivemos contato. **No contato com o Ceará, ele informou que comprava o carvão do [REDACTED] e fornecia a siderúrgica Viena, em Açailândia, usando o cadastro de uma terceira empresa, recusando-se a informar o nome dessa empresa.** Informou o nome e contato do [REDACTED] que também compraria carvão do [REDACTED]

Entramos em contato com o [REDACTED] telefone [REDACTED] informando o ocorrido na carvoaria do [REDACTED]

Por telefone, o [REDACTED] informou que seria irmão do [REDACTED] que teria comprado carvão uma vez do [REDACTED] Não quis fornecer o nome e contato do "Americano", contudo, se dispôs a efetuar o pagamento das verbas rescisórias de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

todos os 07 trabalhadores resgatados, desde que ficasse com o carvão que estava na praça, cerca de 25 m³.

Em audiência no dia 09/04/2024, na sede da Secretária de

"[...]QUE o [REDACTED] era quem negociava o carvão; QUE nunca se envolveu com essa parte de negociação da venda do carvão, porque o [REDACTED] tinha conhecimento do setor; QUE o [REDACTED] lhe falava que vendia o carvão para o [REDACTED] QUE viu algumas vezes o caminhão com gaiola, do [REDACTED] carregando o carvão; QUE o [REDACTED] ligou para o depoente no domingo (dia 07/04/2024), para saber no que poderia ajudar e saber a situação do [REDACTED] QUE ficou sabendo nessa ligação que o irmão do [REDACTED] tinha carregado o último carvão na quinta-feira, antes da inspeção pela Equipe; QUE a terra onde a carvoaria foi levantada e do [REDACTED] irmão do depoente; QUE o [REDACTED] cedeu a trabalho gratuitamente; QUE o [REDACTED] não faz parte da sociedade; QUE as vezes chegavam compradores na carvoaria e compravam bags de carvão; QUE a maior parte, contudo, foi comprada pelo [REDACTED] QUE não tem conhecimento o destino do carvão comprado pelo [REDACTED]

Ato contínuo, informou que os trabalhadores [REDACTED] ficaram hospedados e se alimentaram na Pousada da Noêmia, em Loreto - MA.

Em seguida, informou QUE o [REDACTED] para ajudar o depoente o [REDACTED] prontificou-se a arrumar o dinheiro para pagar as verbas rescisórias, e, em troca, fica com o carvão que está nos fornos; QUE o [REDACTED] está autorizado a carregar o carvão; QUE o depoente vai tirar o carvão dos fornos até domingo, para que o [REDACTED] possa carregar; QUE assume o compromisso de entregar o carvão para o [REDACTED]"

Portanto, após o ajuste, o [REDACTED] efetuou o pagamento das verbas rescisórias dos 7 (sete) trabalhadores, no valor líquido de R\$ 44.301,36 (quarenta e quatro mil, trezentos e um reais e trinta e seis centavos). Ainda, disponibilizou estrutura de contador para efetuar os registros dos trabalhadores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

9. FGTS

O empregador não efetuou o depósito fundiário devido. Por conta da implantação do FGTS digital não foi possível lavrar notificação do débito.

10. SEGURO-DESEMPREGO

06 (seis) trabalhadores foram habilitados a receber seguro-desemprego, conforme segue na planilha abaixo.

TRABALHADOR	Nº DA GUÍ
[REDACTED]	

O trabalhador [REDACTED] que declarou DN em 07/09/1964 e ser filho de [REDACTED] disse que não possui nenhum documento, nem mesmo certidão de nascimento. Informou que seria um [REDACTED] oriundo de Pernambuco e que estava com destino à Goiás, de bicicleta. Disse que parou parado no povoado Buritirã, zona rural de Loreto - MA, e soube do serviço na carvoaria [REDACTED]. No resgate informou que seguiria viagem para o seu destino. A sua situação foi informada à Assistência Social de Loreto - MA.

11. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

As irregularidades descritas neste Relatório ensejaram a lavratura dos seguintes autos de infração:

Auto de Infração	Ementa e descrição sucinta	Descrição sucinta
227274792	001727-2	Mãter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção do trabalho, quer seja submetido a regime de trabalho forçado, quer seja reduzido a condição análoga à de escravo.
		Deixar de elaborar e/ou implementar e/ou custear o PGRTR, por estabelecimento rural, por meio de ações de segurança e saúde de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

227352611	131824-1	que visem à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho nas atividades rurais, ou deixar de realizar a revisão do PGRTR a cada 3 (três) anos ou nas situações previstas no item 31.3.4 da NR 31
227352645	131834-9	Deixar de garantir a realização de exames médicos ou realizar exames médicos em desacordo com os requisitos previstos no item 31.3.7 e respectivos subitens da NR 31.
227452712	131836-5	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros, ou deixar de manter esse material, no estabelecimento rural ou em frente de trabalho com 10 (dez) ou mais trabalhadores, sob os cuidados de pessoa treinada para esse fim.
227452721	131866-7	Deixar de fornecer, gratuitamente, aos trabalhadores rurais Equipamentos de Proteção Individual - EPI, nos termos da Norma Regulamentadora nº 6 (NR 06).
227452704	131944-2	Deixar de promover treinamento a todos os operadores de motosserra e/ou motopodê e a todos operadores de roçadeira costal motorizada e/ou derriçadeira para utilização segura destas máquinas, ou promover treinamento em desacordo com modalidade, carga horária e/ou conteúdo programático previstos no item 31.12.46 e subitem 31.12.46.1 da NR 31..
227352718	231009-0	Deixar de disponibilizar, aos trabalhadores, rede de viveiro compostas de instalações sanitárias e/ou locais para refeição e/ou alojamentos e/ou local adequado para preparo de alimentos e/ou lavanderia.
227352670	231032-5	Deixar de disponibilizar água potável e fresca nos locais de trabalho, em quantidade suficiente e em condições higiênicas, e/ou permitir a utilização de copos coletivos.
227274750	001774-4	Admitir ou manter empregado em microempresa ou empresa de pequeno porte sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
227352891	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.

12. CONCLUSÃO

As diversas irregularidades constatadas durante as inspeções realizadas no estabelecimento apontaram para um quadro de degradação das condições de trabalho e vida a que estavam expostos os trabalhadores acima relacionados. As diversas irregularidades ultrapassavam o mero descumprimento de normas trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho, apontando, na verdade, para a violação da própria dignidade dos trabalhadores, com a sonegação de direitos trabalhistas básicos, contrariando disposições de proteção ao trabalho, desrespeitando as normas de segurança e saúde do trabalhador, e agredindo frontalmente os preceitos constitucionais garantidos nos art. 1º, inciso III, art. 4º,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE IMPERATRIZ

inciso II, art. 5º, caput, incisos III e XXIII, art. 6º e art. 7º, especialmente o inciso XXIII, da Constituição da República, em suma, ofendendo a própria dignidade da pessoa humana.

De fato, a precariedade das condições de trabalho e vida a que estavam expostos os quatro trabalhadores, criava um cenário ignominioso, deplorável, denotando que aqueles trabalhadores não tinham, por parte do empregador e de seus prepostos, o respeito à sua condição de pessoa humana, que precisa de condições adequadas de moradia, conforto, alimentação.

Diante desse quadro, a Auditoria-Fiscal do Trabalho CONCLUIU que a redução a condição análoga à de escravo dos trabalhadores

[REDACTED] razão pela qual foi determinado afastamento do local de trabalho e a rescisão dos contratos de trabalho.

Quanto às condições de segurança e saúde no trabalho, conforme demonstra o conjunto de autos lavrados, o empregador incorreu no descumprimento de diversos dispositivos da Norma Regulamentadora nº 31, que estipula as obrigações que devem ser observadas por aqueles que empreendem uma atividade econômica rural.

Sugere-se o encaminhamento do presente relatório à DETRAE/SÍT, à Procuradoria do Trabalho de Imperatriz - MA, à Polícia Federal e à DETRAE-MA.

Imperatriz (MA), 27 de junho de 2024.

